

A língua portuguesa em tratos de polémica

por Vitorino Magalhães Godinho

Fonte: revista Visão (26 de Março, 2008)

Surpreendentemente, reacendeu-se a questão da ortografia da língua portuguesa que fôra ateadada pelo projecto elaborado pelas duas Academias do Brasil e Portugal em Maio de 1986, com assinatura oficial em Dezembro de 1990 ateara. Surpresa, porque as intervenções e discussões que então se multiplicaram demonstraram irrefutavelmente a sua inconsistência científica, a insensatez das normas que prescrevia, a inoperância prática no domínio cultural. Acrescia a ilegitimidade de pretender espartilhar oficialmente esse bem comum sedimentado por séculos e que é um dos alicerces da nação. Concluiu-se sensatamente por enterrar sem apelo nem agravo o ruim defunto.

Porque é que se volta a desenterrar esse projecto de acordo, com suspeita pressa em impor essa catedral de dislates? Trata-se, uma vez mais, de decisões quanto ao software linguístico, de oportunidades para os livros didáticos escolares, e ainda do papel que o Brasil pretende assumir no mundo que foi o da pretérita acção portuguesa. Ressuscitam-se velhos argumentos de validade mais do que duvidosa, como o de que a simplificação ortográfica contribui para erradicar o analfabetismo. Ora a verdade é que a alfabetização triunfou nos países que mantiveram a secular maneira de escrever – a Inglaterra, a França, antes dos demais. Mas agora avança-se com a preocupação de formar um grande bloco luso-afro-brasileiro, sob a égide dos 180 milhões do Brasil, esquecendo que o bloco anglo-americano não beneficia de unificação ortográfica. E não se quer ver que a questão essencial é a das próprias palavras e da maneira de construir as frases é a da forma de pensar.

Uma condição prévia deve constranger toda a questão e propostas. A língua é um complexo cultural que se vai afeiçoando ao longo dos séculos, pela maneira de falar e de escrever do povo e das elites, pela reflexão dos cientistas que a estudam, pela análise dos historiadores que se consagram a compreender os homens na multiplicidade dos seus itinerários e aspirações. Na língua se exprime a coesão colectiva, ela é esteio da soberania, não pertence a uma geração, é o património das gerações passadas e presentes, a legar às gerações futuras. Não pode por isso ser modelada por actos de soberania; as instituições não têm legitimidade para lhe vazar os moldes, não lhes cabe assentar normas quanto à sua natureza e funcionamento. Qualquer acôrdo ou acto normativo de órgão de soberania ou outras instituições é írrito e nulo; a única capacidade que se pode reconhecer-lhe é a declaração do carácter oficial de dada língua no espaço de um Estado.

Pretendendo desmentir essa ilegitimidade, alega-se que em Portugal se sucederam as reformas ortográficas por decisão governamental, oficializando a aplicação de sistemas normativos. Proclamada a República, a constatação do caos ortográfico que desde sempre imperara e o imperativo de reduzir o analfabetismo (70 % dos maiores de 7 anos), sufocante quando já nas nações mais desenvolvidas da Europa não excedia os 4%, levaram à nomeação, em 15 Fevereiro 1911, de uma comissão composta por uma plêiade de linguistas e intelectuais excepcional (baste citar Carolina Michaelis, Gonçalves Viana,

Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Cândido de Figueiredo), que realizou um estudo aprofundado e apresentou uma proposta equilibrada e exequível (23 Agosto); o Governo aprovou-a por portaria de 11 Setembro, decidindo a sua aplicação nos documentos oficiais e nas escolas. Embora sem carácter obrigatório geral, disciplinou-se a prática sem atraindo os traços fundamentais, etimológicos e fonéticos, do património linguístico.

Algumas disposições foram modificadas em 1920, e em 1931 fez-se o primeiro acordo luso-brasileiro. Nesta nova via se prosseguiu em 1940-1945, sob a direcção de Rebelo Gonçalves; mas o Brasil não ratificou, e por isso este sistema normativo nunca adquiriu carácter oficial. As sinuosidades desta história de tentativas algo desconchavadas resultavam precisamente da obsessão de oficializar o que na essência não pode sê-lo, e da deficiente composição das equipas e disparidades de critérios. Erros que se agravaram em 1986-1990. Uma Comissão demasiado restrita, onde não figuraram os melhores especialistas nem escritores, que não se apoiou na História, com objectivos inadequados, conseguiu concitar a oposição irresponsável quase unânime.

Impõe-se uma reflexão responsável sobre a nossa língua, que sugira propostas individuais e colectivas fundamentadas e a que a prática deva atender. O português está a ser esfacelado pela bacoca anglicização do vocabulário e maneiras de dizer e pela preocupação tecnológica com uma linguagem própria sem base cultural. Porque se deixou de estudar Literatura e História e a acção quer na indústria e comércio quer na política e comunicação social se faz com combinações de uma dúzia ou duas de palavras-gazua, de sentido impreciso e que em nome da inovação repisam sempre as mesmas ideias feitas – o futuro é visto através do cómodo obsoleto. Julga-se que os nossos problemas – mal definidos – se resolvem com computador (e muita Internet) e domínio do inglês. Não se percebeu ainda que o desenvolvimento tecnológico, e o progresso económico-social que se pretende promova, exigem uma larga base cultural; e não há cultura de base sem intimidade com o nosso património – a literatura é fundamental mas também a arte – e sem a maneira histórica de formular e pensar os problemas e concepções.

Quando se pretende reduzir o analfabetismo servindo-se da simplificação ortográfica cai-se na divulgação de uma cultura de segunda, que seria pretensamente a adequada às massas; na realidade não se simplifica a aprendizagem porque se põe a tónica na memorização em vez de incitar o raciocínio. Não é o facilitismo que nos dá acesso à cultura – veja-se o resultado calamitoso dos sistemas de ensino que têm vigorado; à cultura acede-se enfrentando dificuldades com inteligência e gosto pelo esforço.

As palavras e as formas das frases não são caprichos de quem escreve e fala (e já de quem concebe), são bens culturais que carregam em si um cabedal secular de significações; obras que o pensamento vai esculpindo e que não podemos tratar arbitrariamente. Conhecer a sua história é compreender mais fundo o que têm para nos dizer, é enriquecermo-nos pela maneira de pensar segundo a razão. Por isso a forma é essencial, discriminar a composição dos termos e das relações precisa o sentido do que se pretende comunicar. A etimologia não é o supérfluo que só pode interessar os especialistas, é um meio que a todos serve para perscrutar e alcançar a compreensão plena. Mas é necessário que a forma apresente todos os indicadores para que o sentido seja plenamente apreendido. É puro disparate, assente na teoria do povo ignaro, sustentar que eliminando toda a sinalética complementar (acentuação, consoantes ditas mudas) se facilita a compreensão; aumenta-se, sim, a imprecisão, e, logo, obscurece-se a clareza do

pensamento. Convém, portanto, abordar algumas das questões que nestes campos se levantam (e que o projecto de Acôrdo estropiou).

Na ânsia de facilitar (?) foi lançada uma operação visando eliminar todos os acentos. Para logo, nas palavras esdrúxulas. Ora precisamente nestas palavras tal eliminação é inaceitável – trate-se de acento agudo ou circunflexo. A rasoira é ainda mais implacável nos advérbios de modo (em mente), com os acentos graves; mas somos partidários de os manter sempre, caracteriza-se assim melhor a palavra-tema.

Mais grave, decerto, é o caso das palavras homógrafas mas não homófonas. Pelo seu papel na oração pode distinguir-se, é certo, o seu significado, todavia podem dar lugar a equívocos e torna-se a compreensão mais expedita se forem diferentemente acentuadas, ou pelo menos se o fôr uma delas. Vejamos alguns casos:

pais país avô avó fôrma / de pão; do sapato/ forma

besta /animal/ bésta /arma/ mólho /de lenha/ mólho /da carne/

fôra /forma verbal/ fóra /lugar/ por /preposição / pôr /verbo/

côres cores /verbo córar /

A composição de palavras pode fazer-se por simples junção ou por união com hífene. Ao juntar os componentes não se devem nunca suprimir letras, porque a supressão dificulta a expressão do significado global. No projecto de Acôrdo chegou-se ao cúmulo do disparate, quando se propôs escrever bemequer substituindo bem-mequer.

Exemplifiquemos:

Euro-asiático A proscrever: Eurasiático Aceite-se: Euroasiático

Gastro-enterite Gastreterite Gastroenterite

Geo-história Geoistória (e geistória) Geohistória

Proto-história Protoistória Protohistória

Deshumano Desumano

Inhumano Inumano

Circumnavegação Circunavegação (e circunnavegação)

Entre as propostas figurava a eliminação do hífene em numerosos casos, principalmente quando se reúnem duas palavras que têm sentido autónomo. Caso de mestre-escola (mestreescola), contra-almirante (contraalmirante). Mas também nos casos em que seria necessário dobrar a consoante inicial - por exemplo, semirreta, ultrarromântico (tiramos os exemplos do livro A Questão do Acôrdo Ortográfico, 1987). Consideramos justificada a inserção do hífene, não só nestes casos, como sempre que desejemos salientar os elementos que entram na significação global. Assim, nos casos que acima apresentámos e

em todos os semelhantes, como «império luso-indiano», «movimento anti-esclavagista», «sociedade após-industrial», «após-guerra».

Na sua fúria «simplificadora» (ditada pela boa intenção de «facilitar») a proposta de Acôrdo arremeteu contra as consoantes ditas mudas, decidindo eliminá-las, salvo raríssimas exceções. A designação das criminosas não é feliz, por duas razões: algumas dessas consoantes lêem-se - caso de «facto», «contacto», «pacto», ou de «aptidão», «optar»-, e quanto a outras; tanto podem ler-se como não - de modo geral, indicam que é aberta a vogal antecedente. Em certos casos, a eliminação confundiria palavras diferentes: Óscar Lopes salientou que «ótico» respeita ao aparelho auditivo, enquanto «óptico» se refere ao visual. Por vezes a eliminação dá-se em brasileiro, mas é inaceitável em português: o «facto» do lado de cá é o «fato» do lado de lá. Somos obrigados a manter a dualidade, embora lastimemos a forma brasileira, porque «facto» não é arbitrário, liga-se ao verbo latino *facere*, e esta ligação importa à plena compreensão do que é «facto», primacial nas ciências humanas.

Mas há outra eliminação em brasileiro que consideramos desastrosa: os brasileiros escrevem e dizem «sudito» por «súbdito»; ora o b não é arbitrário, porque pertence ao componente sub e tem significado próprio (o que fica por debaixo); o súbdito define-se por oposição ao senhor que lhe fica por de cima na hierarquia social e nos laços sociais. Se eliminamos o b nesse caso, também o devemos eliminar em «submarino» - «sumarino» -, e em «subsolo» - «susolo». Nestes exemplos estamos em pleno desvario, e não em evolução aceitável. Um historiador não pode escrever «sudito» sem atraiçoar a análise histórica. Também não vemos que se possa, em vez de «subtrair», «sutrair». Formas incoerentes. A incoerência leva alguns a adoptar «Egito» em vez de «Egipto», embora fazendo-o habitar por «egípcios.» Quere-se classificar alguém de «ato» em vez de «apto»? Nas línguas românicas não se suprimem as consoantes «etimológicas» (como há quem lhe chame); os Italianos assimilam-nas à consoante seguinte («fatto», «attore»), os Franceses contraem o s passando a pôr acento circunflexo na vogal precedente ou inserindo outra vogal (château por chasteau, fait por factum). Mas retem-se sempre a marca da evolução do vocábulo – e insistimos na importância que isto tem para lidar inteligentemente com os vocábulos.

Óscar Lopes trouxe à baila a comparação de três casos, que revela bem a importância de uma ortografia não arbitrária: interceptar – liga-se a «acepção», «recepção», «interceptor» «receptor»; intersectar – liga-se a «secção», «intersecção», «seccionar», «sector»; intercessão liga-se a «interceder». «intercessor». Nuns casos a consoante «muda» lê-se, noutros não (embora ligados ao mesmo étimo).

O h inicial põe problema. Consoante muda, seria de eliminar segundo o critério da proposta - e os Italianos assim fazem - uomo, umano. Mas a proposta recua, e invoca contraditòriamente a etimologia e o uso estabelecido, aceitando a eliminação apenas no corpo da palavra composta, para evitar o grupo fonético nh. Parece-nos porém que é de manter sempre, embora haja o óbice desse grupo fonético; que não se dá no caso de deshumano, nem no de antihumano. Deve ler-se todavia in-humano.

Têm-se baralhado problemas diferentes, e talvez não bem explicitados. Por um lado, é ou não realmente importante a uniformidade ortográfica entre os países de expressão portuguesa? e se sim, o que é que tal uniformidade implica, e qual o grau possível de

atingir? Por outro lado, interessa ou não, e é exequível a unidade linguística, tratando-se de países situados em três continentes e com contextos social-culturais muito diversos? A evolução atrabiliária da língua portuguesa nesse múltiplo enraizamento não exigirá uma reflexão séria e acções lúcidas de orientação – e não será esta afinal a questão de fundo?

Estranhamente, alguns brasileiros e outros membros da CPLP põem uma questão prévia: a língua não é propriedade de Portugal, pertence a todos os países dessa comunidade; logo, o Brasil, Angola, Moçambique, etc. não têm de acatar as injunções de Lisboa, conquanto esta se jacte de ser a depositária de tradição multi-secular. É de esfregar os olhos, atónito – o argumento só serve para ridicularizar os países que dele se servem. Porque é que têm de seguir o padrão brasileiro? o Brasil também não é o único «proprietário» (sic) – em boa lógica cada participante deveria seguir o seu próprio padrão. Ou será encapotado imperialismo, a fim de escorraçar de África e substituir o incómodo Portugal? Regressemos a cousas sérias.

As diferenças ortográficas existentes não impedem os portugueses de ler correntemente os textos brasileiros, nem os brasileiros de ler os textos portugueses. E de apreciarem, uns e outros, o próprio sabor da língua. Não é necessária a uniformidade para que o conhecimento recíproco se estreite; ele depende, sim, de uma comunidade cultural. Se esta não existir, de nada valem disposições legais. Diria que o mais relevante é a consciência dos valores que a língua veicula, e entre eles figura sem dúvida o pleno significado que cada elemento carrega de século para século. Tudo depende de dois factores: por um lado, a amplitude e diversidade das trocas culturais entre os países, a todos os níveis; por outro, a solidez da cultura elementar em cada país, o seu bom conhecimento de si próprio, a contribuição que nele é dada pela investigação científica e pela criação literária, artística, técnica. Não é por negociações diplomáticas, tratados, normativismo institucional que se mantém a unidade linguística – é pela comunhão cultural, assente na riqueza do património partilhado e no contributo das construções voltadas para o futuro. Mas não tenhamos ilusões: a evolução inevitável deste países entre si distantes e sujeitos a forças sociais-económicas e culturais contrastantes tenderá mais a distanciá-los do que a aproximá-los, embora os novos meios de telecomunicações possam contrabalançar alguns desses factores de diferenciação.

O valor do equipamento cultural. A utilização das línguas tende a reduzi-lo, porque favorece a ignorância empanturrada de informação caótica, as imigrações massivas levantam obstáculos à formação segura dos trabalhadores, o Estado detesta a investigação científica que não sirva para a grande exploração industrial, no sistema educacional há uma ofensiva sistemática contra a formação cultural pela literatura e pela arte, e até pelo espírito científico, a história não interessa, e menos ainda a maneira de pensar histórica. À segurança no manejo do aparelho linguístico sucedeu o «pragmatismo» das fórmulas ôcas estereotipadas – com uma dúzia ou dúzia e meia de palavras-gazua escreve-se sobre qualquer problema ou ramo do saber. Constate-se o nível lamentável do jornalismo escrito ou televisivo, ou, mais grave? a maneira deselegante e cheia de equívocos como são escritos os trabalhos ditos científicos.

O inglês tornou-se a língua de todos – a que preço? Deixou de ter fluidez, perdeu o seu carácter incisivo, porque é o inglês indiano, o inglês nipónico, o inglês latino-americano, etc. O português angliciza-se vertiginosamente. Parece que em Portugal há cursos universitários professados em inglês, que há reuniões de conselhos escolares que se

desenrolam em inglês; as entidades competentes incitam os candidatos a escreverem em inglês os trabalhos de pesquisa, no currículo contam os trabalhos publicados em inglês em revistas estrangeiras, e pouco os trabalhos em português e em revistas nacionais. Se isto é verdade, como se permite que assim seja e até se promova que seja assim? Que uma escola estrangeira estabelecida entre nós ofereça os cursos na respectiva língua, compreende-se e é um enriquecimento; que seja uma escola portuguesa a mascarar os seus cursos em inglês, por mais shakespeariano que seja, é intolerável; e chega-se à humilhação de serem os estudantes estrangeiros a requererem que os cursos sejam dados em português – como é de toda a lógica. A mobilidade dos estudantes destina-se a enriquecê-los pelo conhecimento de realidades diferentes; para se fossilizarem no mesmo, não vale a pena viajarem. Deixemo-nos da pacóvia genuflexão frente ao estrangeiro: muitas das revistas ditas «internacionais» não são ouro de lei, e há-as portuguesas de bom nível. Atente-se só no que podem significar os trabalhos em inglês cujos autores ignoraram toda a bibliografia noutras línguas, mesmo quando se ocupam da Itália do Renascimento ou do Portugal dos descobrimentos, mas só conhecem as fontes em traduções.

A língua inglesa estrangula cada vez mais a portuguesa. Não é só a importação de vocábulos ou expressões, de que no entanto ha equivalente na nossa língua, é até a deformação da sintaxe – e trata-se de estruturas linguísticas bem dissimilhantes. Nós chegamos ao ponto de ir buscar ao inglês palavras que este foi beber ao latim ou ao francês. O caso de *impacte*, quando do latim *impactum* deveríamos receber o «*impacto*». O caso do controlo, que o inglês recebeu do francês *contrôle* (*contre-rôle*, folha de cotejo para verificação de um documento), donde nos deveria vir «*contrôle*». Claro que é tudo uma questão de *know how*, quando poderia ser de «*saber fazer*». Impantes de sapiência, falamos de «*evidências*» quando se trata das provas ou indícios, sem nos darmos conta de que *evidence* não corresponde – evidentemente (*salta à vista*) – à nossa *evidência*. Ao inglês *ratio* fomos buscar o nosso *rácio*, sem repararmos que a palavra inglesa é o latim *ratio*, *onis*, que deu em português *razão* (do acusativo *rationem*), e que as nossas aritméticas sempre trataram das «*razões e proporções*». Do francês e inglês (aliás vindo do italiano) respigamos, especialmente os economistas, o *scénario*, «*cenário*», só que o original significa encenação, enredo, e o nosso «*cenário*» é estático, indica os apetrechos, painéis, decoração etc. que se dispõem no palco para nesse quadro se desenrolar a acção; não parece razoável estender a imagem para abranger o desenrolar das cenas. Não obsta: a nossa metodologia compraz-se em construir «*cenários*», hipóteses simplificadas de situações e de processos que as fazem evoluir.

A introdução de estrangeirismos justifica-se sempre que se trate de ideias ou realizações novas e não disponhamos de equivalente na nossa língua. Mas tem-se generalizado a adopção de aportuguesamentos de léxico estrangeiro quando dispomos de equivalente a dispensá-los, e num e noutro caso construímos formas atrabiliariamente, acabando por forjar vocábulos que ofendem o bom-senso e o bom-gosto. Os nossos amigos brasileiros fazem-no quase sistematicamente. O *sport*, de que algumas formas se praticam no Brasil a tão alto nível, é *abrasileirado* em *esporte*, palavra feia, sem razão de ser uma vez que temos *desporto*. Para *stock* adoptam *estoque*, tratando-se de existência em *armazém*, *reserva*; aliás, já dessa raiz se formara o nome de uma arma, *estoque*; não querendo empregar a expressão portuguesa, parece-nos preferível manter o original *stock*. Não menos difícil de aceitar, a designação geográfica *plateau* é *abrasileirada* em *platô*, e todavia em português diz-se com propriedade *planalto*. O *team* (de futebol, por exemplo)

é dado por time; os jovens à noite vão às boates (boîtes). Não ha dúvida que estamos perante uma ofensiva para assassinar a nossa língua – pelo mau gôsto. Outro dos ataques vem da oposição de desinência correctas mas que resultam em vocábulos intragáveis. Ao conjunto de alunos chama-se alunado – não prossigamos.

A nossa língua tornou-se um futebol: anda tudo aos ponta-pés às palavras, sem acertar com as balizas. Exemplifiquemos com três expressões que se tornaram corriqueiras. «Fulano enriqueceu muito por culpa dos negócios petrolíferos» – é claro que enriqueceu graças aos negócios. «O grupo de amigos agiu em detrimento da empresa, salvando-a» – não menos claro está que agiu em favor (em benefício) da empresa em dificuldades. «Na sessão o Presidente deu ciência da visita do ministro» (fórmula muito querida das Actas da A.B.L.); não sabemos como é que se dá ciência – sabemos o que é «dar conhecimento», «informar». «A população activa, ao nível da região, diminuiu»; estamos a falar de população no âmbito da região; poderíamos dizer que o nível da população activa baixou, mas não precisamos assim a área em causa. Os bónus (bonus, contrário de malus) surgem-nos positivos e negativos (o malus oposto a bonus precisamente). Aparecem-nos indivíduos em aderência a um clube; não parece que tenham sido apanhados por fita-cola, será mais natural que tenham manifestado a sua adesão (se tenham tornado adeptos). Na reordenação agrária, chama-se à reunião de parcelas emparcelamento, que é a divisão do prédio, quando se trata de emparceiramento, reagrupamento de parcelas (porque é que se não lê Oliveira Martins, Bazílio Teles, Ário de Azevedo?). Surgem dificuldades nas relações sociais; logo se fala de fricções (anti-reumatismas?), sendo que o fenómeno físico a que queremos referir-nos é o atrito.

A língua portuguesa é analítica na exposição, utiliza preposições e combinações de verbos e substantivos, enquanto o inglês é aglutinante (forma combóios de palavras). Mas é claro que vassalagem obriga, e agora se formam verbos de todos os substantivos e se contraem expressões num só vocábulo. Os portugueses já não manejam alavancas, o seu trabalho é alavancar, e para mais alavanca-se tudo. Não se fica por aí: aditam-se sufixos a palavras que já contêm o pleno significado, alongando-as inútilmente. Nas Actas da A.B.L. encontramos profusão de exemplos. Os confrades não se dão os parabéns, parabenizam-se abundantemente. Em face de uma obra que revela bem o carácter das gentes de Pernambuco, fala-se de pernambucanidade (mil vezes sic!). Quere-se discutir a gerência de certas actividades: o que se põe na mesa é o gerenciamento – lindíssima palavra, que vem de gerenciar, forma verbal dada a gerência, a qual gerência é a acção ou arte de gerir, mas seria plebeu ficar-se por vocábulo tão simples e escorreito.

Concedem-se prémios, logo organizam-se sessões de premiação. Editam-se livros, mas seria vulgar ficar-se pela edição, e então a actividade passa a ser de editoriação – alongamento repetitivo que tanta a embeleza. Discreteia-se sàbiamente sobre as ciências sociais, ligando-as à geografia, sua base; temos assim ciências sociais embasadas na geografia (e nós embasbacados com o embasamento). Quando se tem «acesso» a isto ou àquilo, não se hesita em acessar (sic!); não passa pela cabeça que acesso se liga ao verbo aceder, e que portanto «acedemos», não «acessamos.»

Pululam os vocábulos a que se dá um sentido que não é o próprio. Fala-se de um exército com imensos soldados, de um rebanho com imensos carneiros; pretende-se dizer inúmeros (imenso reporta-se ao espaço, à área - um imenso negrume cobriu o mar). Em informática aprende-se logo de início a formar ficheiros. O vocábulo é de longa data

essencial na linguagem das ciências humanas, especialmente querido dos historiadores. Significa a colecção de unidades de informação registadas em pequenos cartões (frequentemente de 10x15) onde se inscreve a fonte de informação (arquivística ou editada, ou protocolo de experiências), com datação e indicação do tema, obedecendo a regras que asseguram a sua contribuição para a pesquisa. Ora em informática trata-se de textos ou quadros, em muitos dos casos trabalhos elaborados, das extensões mais variadas, cada qual armazenado sob um título que permite encontrá-lo fãcilmente. E os que trabalham com computadores nem sempre aprenderam a elaborar fichas. As empresas afadigam-se actualmente em lançarem no mercado novos conceitos de produtos que fabricam ou de actividades que desenvolvem; diríamos que se trata, sim, de novas concepções. Mas é claro que agora as palavras valem tudo – até ilustres linguistas já descobriram os conceitos conceptuais...Quando não sabemos o que queremos dizer, atiramos logo com estratégia; em muitos casos trata-se de tãctica, noutros de simples maneiras de agir e de programar a acção (atê de condutas individuais) – quem pensa em Clausewitz ou em César ou em Napoleão? Pega-se na sociedade, e destrinçã-se processos sociològicos, mostra-se como evoluem sociològicamente; na realidade estamos a lidar com processos sociais e a caracterizar o desenrolar dos factos socialmente (confusão do objecto de estudo – a sociedade – com a ciência que o estuda – a sociologia)...

Fiquemo-nos por um exemplo de má construção da frase, hoje tão generalizado que diríamos ter-se tornado a regra. «a nossa tarefa era a de acabar», «o perigo é o de que o critério ético». Está-se na realidade a querer dizer: «a nossa tarefa era acabar », «o perigo é que o critério ético».

Mas um tópicó merece ainda ser abordado: os nomes geográficos. Está na moda aportuguesá-los, e já foi costume ir buscar a forma latina para dela tirar a designação actual. Esquece-se que os topónimos são nomes próprios, e como tal não devem ser alterados; certas formas reportam-se a épocas determinadas, por exemplo ao período romano - não ha por isso razão para passar a escrever Oxónia em vez de Oxford, ou Lugduno por Lyon; ou para adoptar Nova Iorque, Estugarda, Nova Orleães (horrendo), etc. O aportuguesamento pode conduzir a verdadeiros disparates: Leão, para designar tanto Léon como Lyon. Ora Lyon vem de Lugdunum, e Léon de Legionem – nenhum destes nomes se põe a rugir. Quando uma cidade ou vila é a transposição de outra no país de origem, podemos indicar que é Nova, mas somos obrigados a manter o nome de originário; e assim temos Nova York (ou New York), Nova Orleães (da cidade francesa donde provém). A rede mundial de comunicações só pode lucrar com a adopção deste critério. Ha todavia um número considerável de topónimos aportuguesados de longa data, cujo uso enraizado aconselha a manter sob essa forma: Londres, Bordéus, Génova, Genebra, Antuérpia, etc. Não é razão para generalizarmos a prática, e temos de evitar disparates, como no caso de Madrid, a que os brasileiros cortam o d final (mesma observação quanto a outras cidades espanholas com idêntica terminação). Será mais aceitável acrescentar a vogal e – Baghdade, por exemplo. Nos topónimos de línguas orientais aconselha-se a seguir as normas científicas de transcrição. Normas que exigem a conservação do uso de letras que alguns pretendem proscrever – k, w, y –, bem como o recurso a grupos com h (destinado a precisar formas de pronúncia da consoante a que se agrega).

O analfabetismo tem regressado em fôrça, e as línguas perderam as suas qualidades próprias. Efeitos da mudança económico-social que passou a basear-se num saber-fazer que não se enquadra numa vivência cultural e substitui o convívio com os clássicos – de Fernão Lopes e Gil Vicente a Garrett, e a Eça, Aquilino, Sophia de Mello Breyner – pela empanturradela de manuais de gestão e comunicação social, e também não integra as grandes obras da humanidade, sejam de ficção, sejam de pensamento – um Descartes e um Spinoza, Kant e Condorcet, Montesquieu e Tocqueville, Marc Bloch e Lucien Febvre (mera exemplificação). A cultura tem de ser rigor e exigência crítica, e não se constrói a democracia com bugigangas de pacotilha; o cidadão tem de educar-se para a dificuldade.

Deixem de se entreter alguns quantos eruditos e instituições públicas a congeminar modelos linguísticos e a sonhar impô-los oficialmente, trabalhem escritores e cientistas na pesquisa científica e na criação cultural, alargando-se a base de formação, de modo a valorizar o legado que recebemos. Legado onde tem de ocupar lugar de relevo a língua portuguesa, agora património comum de diferentes povos. Para tal é indispensável uma sensata organização do sistema educacional. As bases têm de ser sólidamente assentes no ensino primário e no ensino básico, criando a intimidade com as palavras, habituando a construir correctamente as frases, de modo a sentirmos gosto por falar, ler e escrever a nossa língua (e também as outras). O que se acentuará nos três anos terminais, pelo conhecimento do que tem de melhor a nossa literatura, ligando-a à compreensão da nossa evolução colectiva, como manifestação da cultura. O problema fulcral do 10.º, 11.º e 12.º anos está nos inconcebíveis programas, amontoado de listagens de «conceitos» abstrusos e de estultas preocupações com «objectivos» e «finalidades» e formação de «competências»; que delicioso adormecer em relatórios, procurações, requerimentos, passando pelo literário como cão por vinha vindimada! E em vez de se consagrar a escoreita estilística e manejar com destreza a boa gramática, perde-se o tempo no dédalo de confusas construções pseudo-lógicogramaticais. Queixam-se dos maus resultados a Português (e Matemática), mas o que me admira é que ainda haja quem consiga resultados positivos com tal ensino (e que os professores consigam ministrá-lo). É urgente, é imperativamente indispensável suprimir todo – mas mesmo todo, esse programa desarrazoado; o que importa é levar os jovens a apreciarem o convívio com as obras literárias e por ele alicerçarem a sua formação cultural, que implica o gosto de bem pensar e bem se exprimir.